



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**Reunião de Análise da Estratégia - RAE
PE-CSJT 2015-2020
Reunião dos Gestores**

PAUTA – 10/12/2020 – 14h30 às 17h

1. Pendências de reuniões anteriores

1.1. Agendamento da próxima reunião

1. A Secretária-Geral do CSJT determinou que o material da reunião fosse encaminhado às unidades que irão avaliar as metas, principalmente quanto a questões vinculadas à elaboração do Planejamento estratégico 2021-2026.

ATA DE REUNIÃO

Local	Período
Vídeoconferência	10/12/2020

No dia **10 de dezembro de 2020**, por vídeoconferência, das 14h30 às 16h30, ocorreu a 2ª Reunião do Comitê Gestor do DEJT. Estiveram presentes os seguintes membros da referida Equipe, bem como servidores da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGEST):

Nome
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do CSJT
Anderson Carlos Leite Affonso Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral
Alessandro Jacó de Almeida Assessor de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação do TST
Ana Letícia Moura Vilela Chefe do Núcleo de Governança da SETIC
Bernardo Della Giustina



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião de Análise da Estratégia - RAE
PE-CSJT 2015-2020
Reunião dos Gestores

Servidor da Secretaria-Geral
Christiano Guimarães de Carvalho Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico
Cláudia Pereira de Souza Brandão Fernandes Coordenadora de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação
Kátia dos Santos Silva Secretária de Orçamento e Finanças
Janaína Luciana de Lima Gomes Secretária de Gestão de Pessoas
Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação
Reginaldo Pereira de Matos Coordenador da Gestão Documental
Renata Freire Camargos Assessora de Governança e Gestão Estratégica Substituta
Renato de Rocha de Lima Servidor da Secretaria- Geral
Rilson Ramos de Lima Secretário de Controle e Auditoria
Maria Teresa de A Lima Orlandi Ouvidora Auxiliar do CSJT
Adhara Campos Vieira Servidora AGGEST
Laiane Lima Paiva Técnica em Secretariado da AGGEST



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião de Análise da Estratégia - RAE PE-CSJT 2015-2020 Reunião dos Gestores

2. Itens para pauta

2.1 Metas com mensuração no período de janeiro a setembro de 2020 (Avaliação do resultado, medidas adotadas)

Carolina esclareceu que a Reunião de Análise da Estratégia é obrigatória e será baseada no material preparado pela AGGEST sobre o Planejamento Estratégico do CSJT. Explicou que a SECAUD irá passar de auditoria e controle para somente auditoria, em atendimento à Resolução do CNJ. Elogiou a Res. CSJT n.º 243/2019 que trata do plano de comunicação social. Explicou que a RAE se destina ao fechamento das pendências de 2020 e questões a serem elaboradas para 2021. Renata apresentou o resumo de resultados das 22 metas estipuladas para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), associadas aos objetivos estratégicos. Na apresentação, M11 (IACD) e M19 (IALAP) possuíam farol amarelo e como metas cumpridas (indicadas com o farol verde) estavam: M4 - Índice de clima organizacional, M5 - Índice de Afastamento dos servidores, M9 - Índice de Implantação do Sistema de Gerenciamento de Custos e M14 - Índice de Recursos Supervisionados. Renata esclareceu que as Metas com mensuração no período de janeiro a setembro de 2020 possuem períodos de mensuração distintos e algumas ainda estão em mensuração.

Meta 1 - Índice Mínimo de Capacitação dos Servidores em Competências (IMCSC): Aumentar em 25 pontos percentuais, a partir da medição de 2015, o quantitativo de servidores lotados no CSJT que atingiram o mínimo de 16h/a de capacitação em competência até 2020. A meta é alcançar 76,85% dos servidores lotados no CSJT. A unidade responsável é a Secretaria de Gestão de Pessoas e o acompanhamento é bimestral. Do quantitativo total de 144 servidores do CSJT, estava previsto que 111 seriam capacitados; no entanto, foi apurado que 39 servidores do CSJT tiveram capacitação no período. Renata esclareceu que são considerados os treinamentos da CDEP, do CSJT e treinamentos externos. Carolina registrou que a Secretaria de Gestão de Pessoas atua como articuladora desta meta, mas a unidade executora é a CDEP (TST). A CDEP é a unidade responsável pela capacitação de servidores da Justiça do Trabalho. Carolina esclareceu que nesta meta é importante distinguir a divisão de competências entre o TST e o CSJT. Em 2020, o atingimento da meta foi de 27,08%, o que se justifica pela pandemia Covid-19. Anderson pontuou que, no ano passado, algumas capacitações não foram lançadas no Banco de Dados da CDEP. Renata sugeriu solicitar o relatório por unidade. Christiano registrou que existem servidores lotados no CSJT que apresentam certificados de capacitação nos Regionais de origem (removidos), não na CDEP. Na CTPJE existem dois casos, por exemplo. Rilson registrou o curso do TCU de 80 horas que, apesar de ser iniciado em 2020, só será computado em 2021, por conta do término em fevereiro.

Encaminhamento: (1) a meta fecha em dezembro, ainda será monitorada, (2) Após o término do período de apuração, a AGGEST solicitará relatório de capacitações realizadas por servidor à CDEP e o repassará às unidades para checagem.

Meta 5 - Índice de Afastamento de Servidores Decorrente de Licença Médica (IAFAST): Reduzir para 2,97% o afastamento de servidores decorrente de licença médica para tratamento da própria saúde até 2020. A unidade responsável é a SG-CSJT. A Dra. Carolina registrou que esta meta tem um problema conceitual, pois a Secretaria-Geral não tem controle sobre as variáveis componentes, o que a torna de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião de Análise da Estratégia - RAE PE-CSJT 2015-2020 Reunião dos Gestores

difícil gestão, tendo em vista a dificuldade de se constatar diretamente a relação da causa da doença como efeito do trabalho. Outro fator é que a pandemia poderia dificultar o cumprimento, ante a imprevisibilidade do cenário de saúde pública, apesar de a média de afastamento por servidor, até setembro de 2020, ter decaído para 4,16 dias. Nos anos de 2017, 2018 e 2019, essa média foi de 6,9, 6,6 e 7,91, respectivamente.

Meta 7 - Índice de Mapeamento dos Processos de Trabalho (IMP): Mapear 90% dos processos estratégicos de trabalho do CSJT até 2020. Unidade responsável: AGGEST. Acompanhamento semestral. Para cumprimento: atingir 100% dos processos estratégicos do CSJT mapeados. Este índice visa avaliar o percentual de formalização das atribuições das unidades do CSJT, por meio do mapeamento dos processos estratégicos de trabalho pré-definidos pelas unidades do CSJT. Carolina registrou que a meta requer noção de fluxo do trabalho e visão do que será entregue. Em 2020, houve o cumprimento de 80% da meta. Renata esclareceu que a meta foi pensada a partir da cadeia de valor do Conselho. As unidades mapeiam os respectivos processos de trabalho e a AGGEST as auxilia em relação a dúvidas técnicas, principalmente quanto ao desenho dos processos na ferramenta tecnológica. Esclareceu que em 2015, ano em que ocorreu treinamento de servidores do CSJT em gestão de processos, e em 2019, quando os processos de trabalho foram revisados e redefinidos, houve maior número de mapeamento de processos. Durante todo o período, o treinamento dos servidores no tema, seja formalmente ou por meio de assistência da AGGEST, foi decisivo para a meta. Neste ano, a dificuldade para realização de treinamento, bem como as adaptações das unidades ao trabalho à distância motivado pela pandemia fizeram com que a AGGEST sobrestasse os esforços relativos à meta e priorizasse atividades determinantes como o planejamento estratégico do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do CSJT para 2021-2026. Carolina registrou que nos processos mapeados das Unidades do CSJT há uma confusão conceitual entre processo e atividade e que esta distinção será abordada em cada unidade na revisão do Regulamento Geral.

Meta 10 - Índice de Implantação do Sistema de Gestão de Pessoas (IISGP): Atingir 100% dos Tribunais Regionais do Trabalho com o sistema de gestão de pessoas (SIGEP) do CSJT implantado até 2020. A Unidade responsável é a Secretaria de Gestão de Pessoas. O acompanhamento é trimestral. Carolina registrou que a administração do SIGEP é um fator importante para a mudança na TI, que antes estava muito focada no PJE e agora irá receber inclusive força de trabalho dos TRTs para atendimento desta demanda. O índice de implantação do SIGEP em 2020 foi de 13,65%. Os Módulos previstos são: principal, folhaweab, e-Social, saúde e passivos e as fases são (1) instalação; (2) migração; (3) capacitação; (4) disponibilidade. Janaína registrou que os dados informados precisam ser revisados. Carolina registrou que as informações do sistema deveriam ser prestadas pela SETIC, não pela SGPES, devendo esta ser uma mudança de visão para o próximo ciclo. Renata ressaltou que o resultado de 2020 precisa ser verificado, uma vez que deveria ser cumulativo em relação aos anos anteriores e apresenta-se inferior a eles, o que pode ser um erro de cálculo ou uma mudança no método de mensuração da unidade. A Secretária de Gestão de Pessoas esclareceu que houve alterações quanto ao conceito de implementação do sistema, fato que pode ter influenciado no resultado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião de Análise da Estratégia - RAE
PE-CSJT 2015-2020
Reunião dos Gestores

Encaminhamento: (2) SGPES e AGGEST irão se reunir para verificar o resultado da meta em 2020.

Meta 11 - Índice de Acompanhamento do Cumprimento das Determinações (IACD): Contribuir para o alcance de 100% do cumprimento dos requisitos definidos nas determinações do CSJT no prazo estabelecido, até 2020. A ideia é contribuir para que 100% das determinações do CSJT sejam cumpridas pelos TRTs. Renata e Laiane apresentaram o percentual de cumprimento das determinações de cada TRT. Dra. Carolina registrou que a informação propiciada pelo indicador é válida para a gestão, mas falta analisar o percentual de não cumprimento por decisão ou norma monitorada, além de rever a unidade responsável, pois à Coordenadoria Processual cabe apenas monitorar o cumprimento e às demais unidades gerenciadoras do tema tomar medidas para o cumprimento. . (É possível que seja necessário incluir a unidade orçamentária para garantir o cumprimento desta meta?).

Encaminhamento: verificar se é necessário incluir a unidade orçamentária.

Meta 13 - Índice de Execução dos Projetos Estratégicos (IEXPE): Alcançar 80% dos projetos estratégicos em execução dentro do prazo até 2020. O Índice de Execução dos Projetos Estratégicos – IEXPE acompanha o progresso da execução dos projetos estratégicos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o alcance da visão institucional estabelecida no PE-CSJT. O índice de cumprimento foi de 33%. No índice de execução dos projetos estratégicos (IEXPE), há os seguintes projetos: mapeamento dos processos de trabalho do CSJT, implantação do sistema de gestão de pessoas e implantação do sistema de gerenciamento de custos, nos anos de 2015 a 2020. Renata esclareceu que antes o projeto de estruturação do escritório de projetos compunha o índice. No entanto, diante da dificuldade de sua implementação com o quadro deficitário da AGGEST e diante de outras prioridades, o projeto foi cancelado. Dos projetos em mensuração, em 2020, o de mapeamento de processos ficou sobrestado e o de gestão de pessoas passou por ajustes metodológicos com atraso de cronograma. O projeto do sistema de gerenciamento de custos já havia sido concluído em 2019. A Secretária-Geral questionou a necessidade desta meta, haja vista que os projetos monitorados já são objeto de outras metas. Renata destacou que a meta foi pensada inicialmente para destacar a importância da execução dos projetos estratégicos dentro do prazo até o estabelecimento do escritório de projetos e ressaltou a dificuldade da AGGEST em acompanhar os projetos sem a instituição do escritório. Dra. Carolina complementou dizendo que a existência do escritório não resolve o problema se não houver a cultura de planejamento e acompanhamento dos projetos por parte das unidades.

Meta 14 - Índice de Recursos Supervisionados (IRS): Incrementar o recurso supervisionado no ano de 2015 em 25% até 2020. A unidade responsável é a Secretaria de Controle e Auditoria e o acompanhamento é mensal. A SECAUD, durante 2020, fiscalizou R\$ 486.203,00 (acréscimo de 5% ao ano). Rilson registrou que o maior montante do orçamento da Justiça do Trabalho é destinado a pessoal, por isso a implementação do SIGEP permitirá estender a supervisão de recursos a partir da auditoria da folha de pagamento dos órgãos com auxílio de automatização de procedimentos Hoje esta supervisão é trabalhosa e demorada, de modo que só é possível fazê-la de forma localizada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião de Análise da Estratégia - RAE
PE-CSJT 2015-2020
Reunião dos Gestores

Meta 15 - Índice de Cumprimento das Deliberações do CSJT Decorrentes de Auditoria (ICDA)

Atingir o índice de 95% de deliberações de auditoria cumpridas. A unidade responsável é a Secretaria de Controle e Auditoria e o acompanhamento é mensal. Este ano 84,52% das deliberações decorrentes de auditoria foram cumpridas. Rilson registrou que é possível o CSJT atuar auxiliando os TRTs na gestão administrativa para melhorar o cumprimento desta meta no próximo ciclo de gestão nos Tribunais. O Índice de Cumprimento das Deliberações do CSJT Decorrentes de Auditoria - ICDA tem por objetivo calcular o grau de atendimento, pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou pelas áreas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, das determinações e/ou recomendações decorrentes de ações de controle proferidas pelo Plenário ou pela Presidência do CSJT.

Encaminhamento: as metas: Meta 19 - Índice de Agilidade na Liberação dos Acórdãos para Publicação (IALAP); Meta 20 - Índice de Implantação do Sistema de Gestão Orçamentária (IISGO); e Meta 22 - Índice de Repercussão dos Produtos Jornalísticos Produzidos (IRPJP) serão tratadas em relatório a ser construído pelas unidades e pela AGGEST para encaminhamento à Secretaria-Geral. **A AGGEST encaminhará solicitação de preenchimento da planilha de acompanhamento das metas para as unidades em janeiro.**

2.2 Metas de mensuração anual. (Exposição dos resultados anteriores, expectativa de resultados)

Meta 3 - Índice de Rotatividade Externa (IRE)

Meta 6 - Índice de Satisfação de TI (ISTI)

Meta 8 - Índice de Alinhamento da Comunicação (IAC)

Meta 17 - Índice de Satisfação Interna com o Sistema do Processo Judicial Eletrônico (ISIPJe)

Meta 18 - Índice de Satisfação Externa com o Sistema do Processo Judicial Eletrônico (ISEPJe)

Meta 21 - Índice de Recolhimento de Acervo de Guarda Permanente (IRAGP)

Encaminhamento: as metas de mensuração anual serão tratadas no relatório a ser construído pelas unidades e pela AGGEST para encaminhamento à Secretaria-Geral.

2.3 Metas do ciclo alcançadas (Exposição dos resultados)

Meta 4 - Índice de Clima Organizacional (ICO)

Meta 9 - Índice de Implantação do Sistema de Gerenciamento de Custos (IISGC)

Encaminhamento: as metas serão tratadas no relatório a ser construído pelas unidades e pela AGGEST para encaminhamento à Secretaria-Geral.

2.4 Ciclo 2021-2026 - Proposta de indicadores (Conhecimento aos gestores)

A proposta de objetivos estratégicos e indicadores elaborada com a participação dos gestores do CSJT para o planejamento estratégico do Órgão 2021-2026 foi apresentada pela AGGEST. Ana Letícia registrou que o Índice de conformidade das entregas de Sistemas e soluções de TIC da JT (ICISS - TIC) foi substituído pelo índice de Satisfação com os Sistemas Nacionais de TIC da JT (ISSNA), pois o primeiro será controlado pelo PETIC. A adequação teve o intuito de evitar a perda de qualidade das entregas para cumprimento de prazos. A ideia é ter um único índice de satisfação mais amplo, abrangendo inclusive os usuários dos sistemas administrativos, além dos usuários internos e externos do PJe. A construção do Índice de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Reunião de Análise da Estratégia - RAE
PE-CSJT 2015-2020
Reunião dos Gestores

conformidade de integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados da JT (ICISBD) está sob avaliação para evitar exposição da segurança.

As metas e o glossário de indicadores serão fechados em janeiro e o plano estratégico irá a Plenário na sessão de fevereiro de 2021.

Encaminhamento: Em janeiro as unidades deverão trabalhar em conjunto com a AGGEST para proporem as metas e o glossário de indicadores do planejamento estratégico 2021-2026.

3. Outros assuntos

4. Deliberações via e-mail

5. Agendamento da próxima reunião